

IA precisa de supervisão da ONU

Sucesso da Agência Internacional de Energia Atômica mostrou que somos capazes de fazer o mesmo com a IA

Por

Peter Kirchschräger

Valor, 26/04/2024

Nos últimos anos, muitos cientistas e líderes do setor de tecnologia têm soado os alarmes a respeito da inteligência artificial (IA) e feito alertas terríveis, do tipo que não se ouviam desde a era nuclear. Elon Musk, por exemplo, disse que a “IA é muito mais perigosa que as armas nucleares”, o que o levou a fazer uma importante pergunta: “Por que não temos uma supervisão reguladora? Isso é insano”.

O falecido Stephen Hawking argumentou de forma parecida: “A menos que aprendamos como nos preparar para, e como evitar, o potencial de riscos, a IA poderia ser o pior evento na história de nossa civilização. Ela traz perigos, como poderosos armamentos autônomos, ou novas maneiras para que uma minoria oprima uma maioria”.

Dadas as consequências de potencial catastrófico de uma IA sem freios, há uma clara necessidade de barreiras de proteção internacionais para garantir que essa tecnologia emergente - mais precisamente chamada de sistemas baseados em dados - sirva ao bem comum. Em termos mais específicos, isso significa garantir que os direitos humanos sejam respeitados em todo o mundo, inclusive on-line.

Para esse fim, os governos deveriam adotar uma regulamentação que promova sistemas baseados em dados voltados a proteger os menos poderosos dos mais poderosos, garantindo que os direitos humanos sejam respeitados, protegidos, implementados e concretizados em todo o ciclo de vida desses sistemas, o que inclui o projeto, desenvolvimento, produção, distribuição e uso.

Tão importante quanto, a ONU precisa urgentemente criar uma Agência Internacional de Sistemas Baseados em Dados (IDA, na sigla em inglês), um órgão internacional de fiscalização da IA que promoveria usos seguros, protegidos, sustentáveis e pacíficos para essas tecnologias, garantiria que elas respeitem os direitos humanos e fomentaria a cooperação no campo. Um órgão que também teria autoridade regulatória para ajudar a decidir sobre a aprovação do uso de produtos de IA no mercado. Dadas as semelhanças entre

os sistemas baseados em dados e as tecnologias nucleares, o melhor modelo para tal instituição seria a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), até porque é uma das poucas agências da ONU com poder para mostrar os “dentes”.

Dadas as consequências de potencial catastrófico de uma IA sem freios, há uma clara necessidade de barreiras de proteção internacionais para garantir que essa tecnologia emergente, mais precisamente chamada de sistemas baseados em dados, sirva ao bem comum

O sucesso da AIEA tem mostrado que somos capazes de exercer a cautela e de proibir a busca cega por avanços tecnológicos quando o futuro da humanidade e do planeta estão em jogo. Depois de as bombas em Hiroshima e Nagasaki terem revelado as consequências humanitárias devastadoras da guerra nuclear, a pesquisa e desenvolvimento no campo da tecnologia nuclear foram limitados para evitar resultados ainda piores. Isso foi possível graças a uma estrutura internacional - a AIEA - equipada com fortes mecanismos para garantir o cumprimento de suas normas.

Um número cada vez maior de especialistas tem defendido a criação de uma IDA e apoiado a criação de sistemas baseados em dados fundamentados no respeito aos direitos humanos. O “Elders”, um grupo independente de líderes mundiais fundado por Nelson Mandela, reconhece os enormes riscos da IA e a necessidade de uma agência internacional como a AIEA “para gerenciar essas poderosas tecnologias dentro de sólidos protocolos de segurança” e garantir que elas sejam “usadas de maneiras coerentes com o direito internacional e tratados de direitos humanos”. Em consequência, o grupo busca incentivar os países a enviarem uma solicitação à Assembleia Geral da ONU para que a Comissão de Direito Internacional (CDI) elabore um tratado internacional criando uma nova agência de segurança de IA.

Entre os nomes influentes favoráveis a um marco regulatório para a IA que seja legalmente obrigatório está Sam Altman, executivo-chefe da OpenAI, cujo lançamento público do ChatGPT no fim de 2022 deu início à corrida armamentista da IA. Em 2023, Altman defendeu uma agência internacional capaz de, entre outras coisas, “inspecionar sistemas, exigir auditorias, testar a conformidade com padrões de segurança, [e] impor restrições aos graus de implantação e níveis de segurança”. Até o papa Francisco enfatizou a necessidade de criar uma instituição multilateral que examine as questões éticas resultantes da IA e regulamente seu desenvolvimento e uso por meio de “um tratado internacional” de cumprimento obrigatório.

A ONU, por sua vez, destacou a importância de promover e proteger os direitos humanos em sistemas baseados em dados. Em julho de 2023, o Conselho de Direitos Humanos adotou por unanimidade uma resolução sobre “novas tecnologias digitais emergentes e direitos humanos”, na qual se destaca que essas tecnologias hoje “talvez careçam de regulamentação adequada” e a necessidade “de medidas eficazes para prevenir, mitigar e remediar os impactos adversos de tecnologias do tipo nos direitos humanos”. Para esse propósito, a resolução pede o estabelecimento de estruturas que permitam a realização de avaliações de

impacto e das devidas análises internas e que garantam soluções eficazes, a supervisão humana e a responsabilidade legal.

Mais recentemente, em março, a Assembleia Geral da ONU adotou por unanimidade a resolução “Aproveitando as oportunidades de sistemas de IA seguros, protegidos e confiáveis de sistemas de inteligência artificial para o desenvolvimento sustentável”. Essa resolução histórica reconhece que “os mesmos direitos que as pessoas tem off-line também precisam ser protegidos on-line, inclusive ao longo do ciclo de vida dos sistemas de inteligência artificial”.

Agora que a comunidade internacional reconhece a necessidade imperativa de proteger os direitos humanos em sistemas baseados em dados, o próximo passo é óbvio. A ONU agora precisa traduzir esse consenso global em ações, criando uma IDA. **(Tradução de Sabino Ahumada)**

Peter G. Kirchschräger, professor de ética, é diretor do Instituto Social de Ética ISE, na Universidade de Lucerna, e professor visitante no centro de inteligência artificial da universidade ETH Zurich. Copyright: Project Syndicate, 2024. www.project-syndicate.org